



A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento?

Liara Darabas Ronçani* e Alcides Goularti Filho

*Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Av. Universitária, 1105, 88806-000, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: liadarabas@hotmail.com*

RESUMO. Nas décadas de 1980 e 1990, enquanto a economia brasileira teve um fraco desempenho comparado com as décadas anteriores, Santa Catarina cresceu acima da média nacional. Na primeira década do século XXI, com a mudança de orientação da política econômica do governo federal, o país retomou o crescimento e a distribuição de renda, mas a economia catarinense cresceu abaixo da média nacional. Tendo como base a retomada do ritmo de crescimento da economia brasileira no início da década de 2000 e a perda do ritmo de crescimento da economia catarinense no mesmo período, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar quais fatores contribuíram para esse resultado. O objetivo deste trabalho é estudar o desempenho da economia catarinense na última década, por meio da análise do comportamento da produção industrial, das exportações, do emprego e do crédito.

Palavras-chave: economia de Santa Catarina, crédito, fomento, indústria, planejamento.

The recent economic trajectory of Santa Catarina (2000-2010): contrary growth?

ABSTRACT. In the 1980s and 1990s, while the Brazilian economy performed poorly compared to previous decades, the state of Santa Catarina grew above the national average. In the 2000s, with the change of direction of the federal government's economic policy, the country resumed its growth and income distribution, but Santa Catarina economy grew below the national average. Based on the resumption of the growth rate of the Brazilian economy in the early 2000s and the loss of the growth rate of the Santa Catarina's economy in the same period, current research is analyzes which factors contributed to this result. The objective of current paper is to study the performance of the Santa Catarina's economy during the last decade by analyzing the behavior of industrial production, exports, employment and credit.

Keywords: economy of Santa Catarina, credit, investment, industry, planning.

Introdução

A partir da década de 1930, o Brasil passou por um rápido processo de crescimento econômico. Muito antes já havia se instalado no Brasil um setor de produção industrial, impulsionado pelo auge do café, seu prolongamento e diversificação do capital. Mas é somente na década de 1950 que emergem forças produtivas especificamente capitalistas (impulsionadas pela forte ação do Estado e pela entrada de empresas internacionais), capazes de instituir no país uma indústria pesada de bens de produção, que levou à criação de um setor dinâmico de bens de consumo capitalista. A indústria brasileira não passa, no entanto, pelo processo clássico de industrialização, pois a acumulação industrial brasileira se submete, desde o início do processo – devido à própria dinâmica interna de acumulação do café – ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador. Estabelece-se uma dependência do setor exportador, devido ao fato de

que, embora o modo de produção capitalista tenha se tornado dominante no Brasil em função da força da expansão do café, não se instala no país, ao mesmo tempo, a indústria capitalista (TAVARES, 1998a).

A partir do Plano de Metas (1956-1960), com a montagem e os desdobramentos das indústrias de material de transporte e de material elétrico (sob o comando do grande capital externo), é que o padrão de acumulação passou a ser conduzido pela expansão industrial. Associados a essas indústrias, os setores que lideraram a industrialização pesada brasileira foram os de bens duráveis de consumo e de bens de capital. Nesse processo, o investimento público complementava o investimento estrangeiro privado e impulsionava o investimento privado nacional. Portanto, o investimento do Estado em energia, estradas, combustíveis e siderurgia passou a servir de apoio para a expansão das indústrias automobilística e de material elétrico pesado, com fortes efeitos de

expansão e encadeamento sobre os setores de metalurgia, mecânica e materiais de construção (TAVARES, 1998b).

São Paulo se tornou o centro industrial do país e os outros estados, que já tinham certa especificação em alguns setores, expandiram e, mais tarde, diversificaram e modernizaram suas estruturas produtivas. É o caso do Estado de Santa Catarina. A indústria catarinense teve origem no final do século XIX, com os segmentos extrativo (erva-mate, madeira e carvão), alimentício (farinha, açúcar e derivados de suínos) e têxtil, e iniciou o processo de expansão e diversificação de sua base produtiva em meados da década de 1940, com o surgimento de setores dinâmicos, impulsionada pelo crescimento da indústria brasileira. Até então, o padrão de crescimento da indústria catarinense baseava-se na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia, alterando, de tempo em tempo, apenas a quantidade que era produzida.

Dada a incapacidade de acumulação financeira capitalista e a insuficiência bancária privada em sustentar os investimentos brasileiros, o Estado assumiu a função de financiador do crescimento econômico. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, foi de fundamental importância para fomentar a industrialização brasileira a partir dos anos de 1950 e estabelecer as bases do crescimento econômico, além de diminuir a dependência do capital externo. Além do crédito para investimento produtivo, o banco fornecia crédito para o financiamento público de obras estruturantes e de infraestrutura. Entre os anos de 1950 e 1970, o banco atuou como o principal financiador da indústria brasileira e suas metas eram definidas de acordo com os planos de desenvolvimento. Durante a década de 1950, a maioria dos recursos do BNDE foi destinada para a área de infraestrutura, principalmente energia e transporte, e o restante à industrialização, com destaque para a siderurgia. Até 1957, os valores dos financiamentos do BNDES eram ainda pouco expressivos, mas a partir da implantação do Plano de Metas (1956-1960), verifica-se um significativo aumento dos valores liberados. Na década de 1960, os mais de R\$ 13 bilhões liberados foram centralizados em investimentos na indústria de base e de bens de consumo, nas pequenas e médias empresas e no desenvolvimento tecnológico. Nos anos de 1970, com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1975-1979), houve um salto no volume de financiamentos, e foram privilegiados os setores

voltados para insumos básicos e bens de capital (BNDES, 2002).

Seguindo o movimento geral da economia no país, foram criados, na maioria dos estados brasileiros, bancos de fomento com a finalidade de financiar o desenvolvimento regional com crédito de longo prazo. Em Santa Catarina, foram criados, em 1962, o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina S.A. (BDE) e, em parceria com os governadores do Rio Grande do Sul e do Paraná, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Antes da criação do BDE, os bancos em Santa Catarina ofertavam apenas linhas de crédito de curto prazo para pequenos e médios produtores, principalmente agrícolas, e o surgimento de novas e grandes empresas exigia a criação de novas linhas de crédito e de longo prazo. Em 1969, porém, o BDE deixou de ser um banco de investimento e transformou-se em banco comercial, passando a se chamar Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

Logo em seguida, em 1973, iniciou-se um movimento, liderado pelo governo do Rio Grande do Sul, para extinguir o BRDE. Para preencher essa lacuna e proteger-se da possível extinção do BRDE, além de seguir as determinações do BNDE, em 1975, entrou em operação o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), que mais tarde passou a se chamar Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., mas manteve a sigla. A partir dos anos 1960, foram criados ainda outros mecanismos de fomento: os programas de incentivo fiscal FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em 1963, o PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresa, em 1975 (quando o FUNDESC foi extinto), e o PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, em 1988, quatro anos após a extinção do PROCAPE.

Portanto, com a formação do novo sistema de crédito catarinense a partir de 1962, investimentos em energia e transporte e a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, alterou-se o padrão de crescimento no Estado, e a nova fase – que vai até 1990 – foi de integração e consolidação do capital industrial. Nesse período, várias indústrias dos setores tradicionais se consolidaram e acabaram se tornando líderes nacionais. Internamente, a indústria catarinense passou a ser conduzida por grandes empresas (GOULARTI FILHO, 2007).

No país, depois da reforma Fiscal e Financeira em 1966, a elevação dos níveis de consumo de bens duráveis, da construção civil e do investimento

público, reativa a demanda interna dos demais setores da indústria de transformação, cujo desempenho passa a liderar o crescimento do PIB, e induz a aceleração do investimento a partir de 1970. Entre 1970 e 1973, o ritmo de crescimento da economia brasileira atinge seu auge. Tem-se uma forte elevação da taxa de acumulação de capital na indústria de transformação e a taxa de crescimento da produção de bens de capital se acelera e chega a superar a de bens duráveis, que também se mantém altíssima. Como resposta, a produção de insumos e de bens de consumo não duráveis também se acelera. No entanto, é o mesmo esforço de investimento que eleva acentuadamente a taxa de acumulação de capital entre 1970 e 1973, que, em um movimento cíclico, leva ao esgotamento do período de aceleração, pois a demanda não pode manter-se no mesmo ritmo acelerado do auge para sempre, e a superacumulação acaba gerando capacidade ociosa indesejada, logo que o período de aceleração atinge seu auge (TAVARES, 1998b). Assim, inicia-se uma fase de desaceleração na economia brasileira.

Até 1979, foi possível manter as taxas de crescimento do PIB ao redor dos 7% ao ano, devido aos investimentos públicos e privados impulsionados pelo II PND (1975-1979). Nesse ano, deu-se início ao fim do padrão de financiamento externo, que manteve o crescimento e a baixa inflação no Brasil por mais de uma década. Devido à violenta elevação das taxas de juros americanas e ao segundo choque do petróleo, houve um aprofundamento da vulnerabilidade do balanço de pagamentos e um novo choque de preços, que contagiou toda a economia brasileira. O governo adotou medidas restritivas para conter o gasto público que levaram a economia brasileira a uma forte desaceleração, com queda no produto, na renda e no emprego. Durante toda a década de 1980, o Brasil esteve imerso em uma crise fiscal e financeira que se originou das dívidas interna e externa. A década foi marcada pelo baixo crescimento econômico – causado pela crise da dívida externa e pelo enfraquecimento do Estado – e pelas políticas de ajustamento patrocinadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cujas consequências para o Brasil foram a desorganização e o agravamento progressivo da situação das finanças públicas, o aumento das taxas de inflação, arrefecimento das taxas de investimento e profunda instabilidade macroeconômica (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

No entanto, a década não foi perdida para todos. O desempenho de alguns Estados da Federação foi bem acima da média nacional, como é o caso de Santa Catarina. Além do movimento de

desconcentração regional, iniciado em 1970 e que se estendeu até meados dos anos 1980, esse crescimento foi permitido pelas condições mínimas geradas pelas políticas nacionais e, dentre outros motivos, porque: 1) ainda havia espaço para a integração produtiva intraestadual; 2) os setores menos atingidos pela crise eram aqueles em que Santa Catarina se especializou; 3) parte da produção foi deslocada para o mercado externo; 4) os investimentos em infraestrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década; 5) as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos; 6) ocorreu uma diversificação produtiva em municípios-polos de algumas regiões; 7) alguns setores mantiveram taxas constantes de inovação tecnológica, como o alimentício, o cerâmico, e de papel e celulose (GOULARTI FILHO, 2007).

Nos anos 1990, devido ao novo ciclo de endividamento externo, o Brasil recorre a uma ancoragem da moeda nacional ao dólar, para tentar combater a hiperinflação, o que significou um ato de abdicação da soberania monetária brasileira, pois o país renuncia o uso de políticas monetária, fiscal e cambial, como instrumento de desenvolvimento (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Ocorreu um movimento geral de privatizações e desnacionalizações – financiadas na sua maioria pelo BNDES, por meio do Plano Nacional de Desestatização – que enfraqueceu o Estado brasileiro. Durante as décadas de 1980 e 1990, o Banco passou por significativas mudanças. Devido às crises fiscal e externa e à aceleração inflacionária – associadas ao fim do padrão de desenvolvimento da economia brasileira – e por conta das ideias neoliberais que começaram a surgir no fim da década, a participação do BNDES na economia foi excessivamente reduzida.

A economia brasileira teve, portanto, seu ritmo de crescimento interrompido nas décadas de 1980 e 1990, com o esgotamento do padrão de financiamento e a crise fiscal do Estado, cuja raiz foi o endividamento externo. Entre 1930 e 1980, as taxas médias de crescimento da economia brasileira se mantiveram em torno de 6% ao ano (CARNEIRO, 2002). Durante os anos de 1980, conhecidos na literatura como a ‘década perdida’, a economia brasileira teve um desempenho fraco comparado com as décadas anteriores, apresentando crescimento médio do PIB de 2,3%. Na década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, a taxa média brasileira foi de 1,7%.

Em Santa Catarina, as mudanças estruturais do período estão ligadas a este movimento geral da economia brasileira. No período pós-1990, a economia de Santa Catarina foi marcada pela redução das atividades estatais, pela reestruturação da indústria cerâmica, pelo desmonte parcial do complexo carbonífero, pela reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, pela desverticalização e retração no segmento têxtil-vestuário, calçados e pela desnacionalização do complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2007).

No entanto, enquanto a economia brasileira, nos anos 1980, sofreu uma desaceleração no ritmo de crescimento, a economia catarinense teve um desempenho melhor, apresentando uma taxa média de crescimento de 5,3%, superior à média nacional. Durante os anos 1990, Santa Catarina também cresceu acima da média do país, com 3,5%. Foram duas décadas de crescimento superior à média nacional, ou seja, a economia catarinense andava na contramão da recessão nas décadas de 1980 e 1990.

Porém, na década de 2000, a situação se reverteu. Após 2002, quando mudou a orientação da política econômica nacional, o Brasil retomou o ritmo de crescimento com a expansão da renda, redução da pobreza, o aumento da demanda e alargamento do mercado interno, por meio de políticas sociais e da reposição de perdas salariais. No entanto, o desempenho da economia catarinense ficou abaixo da média nacional. Com relação ao PIB, ambas tiveram um crescimento médio ao redor de 3,6% entre 2000 e 2010. Entretanto, se levarmos em conta apenas o desempenho da indústria geral entre 2001 e 2010, o Brasil cresceu 3,0% e Santa Catarina somente 0,5%. Houve uma retomada do ritmo de crescimento da indústria brasileira. Já em relação à participação do estado na pauta de exportação brasileira, esta passou de 4,9% em 2000 para 3,7% em 2010.

Nesse mesmo período de retomada do crescimento (2003-2010), um dos pilares foi o aumento do crédito liberado pelo BNDES, cujos valores foram ampliados 41,7%, sendo que o montante liberado pelo BADESC, a agência de fomento do estado de Santa Catarina, sofreu aumento de apenas 23,0%.

O objetivo deste trabalho é estudar o desempenho da economia catarinense na última década, por meio da análise do comportamento da produção industrial, das exportações, do emprego e do crédito. Tendo como base a retomada do ritmo de crescimento da economia brasileira no início da década de 2000 e ao mesmo tempo, a perda do ritmo de crescimento da economia catarinense, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar quais fatores contribuíram para este desempenho.

Este trabalho divide-se em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. O primeiro item aborda o desempenho da produção industrial de Santa Catarina no período estudado; o segundo trata dos aspectos referentes ao comportamento das exportações; o terceiro descreve a trajetória da liberação de crédito pela instituição de fomento estadual, o BADESC; e o quarto item mostra a evolução do emprego na indústria catarinense.

O desempenho da produção industrial de Santa Catarina

Se compararmos a taxa média de crescimento da indústria brasileira com a da indústria catarinense por setores da indústria de transformação, constatamos que a maioria dos setores dessa indústria cresceu menos em Santa Catarina do que no Brasil. Na economia brasileira, apenas dois setores apresentaram resultados de crescimento negativo – vestuário (-0,76%) e madeira (-0,54%) –, quedas pequenas se comparadas com os setores da indústria catarinense que obtiveram resultados negativos. Estes dois setores, por exemplo, em Santa Catarina apresentaram médias negativas de 2,18% e 3,35%, respectivamente. Outro setor que apresentou média negativa de crescimento foi o de automotores, com queda de 1,63%.

Tabela 1. Taxa média de crescimento da produção industrial no período 2000-2010 (%).

Sector da indústria	BR	SC
Alimentos	1,52	1,80
Têxtil	0,55	0,61
Vestuário	-0,76	-2,18
Madeira	-0,54	-3,35
Papel e celulose	3,27	2,34
Borracha e plástico	1,49	0,74
Minerais não metálicos	2,11	0,32
Automotores	8,51	-1,63
Complexo metal-mecânico	5,28	5,50

Fonte: IBGE (2012).

Os setores que tiveram desempenho positivo na economia catarinense, mas ainda cresceram abaixo da média nacional, foram papel e celulose, borracha e plástico, e minerais não metálicos. Os únicos setores que atingiram média de crescimento acima dos da indústria brasileira foram o de alimentos, têxtil e o complexo metal-mecânico.

A Figura 1 mostra que a média da produção industrial catarinense na década de 2000 sofreu muitas oscilações. Teve uma queda brusca de 2001 a 2002 e retomada e crescimento em 2003 e 2004, voltando a cair em 2005 e 2006, com pequena recuperação em 2007. Em 2008 e 2009, a produção volta a cair fortemente, e de 2009 a 2010 retoma o crescimento, fechando a década acima da produção média atingida no início da mesma.

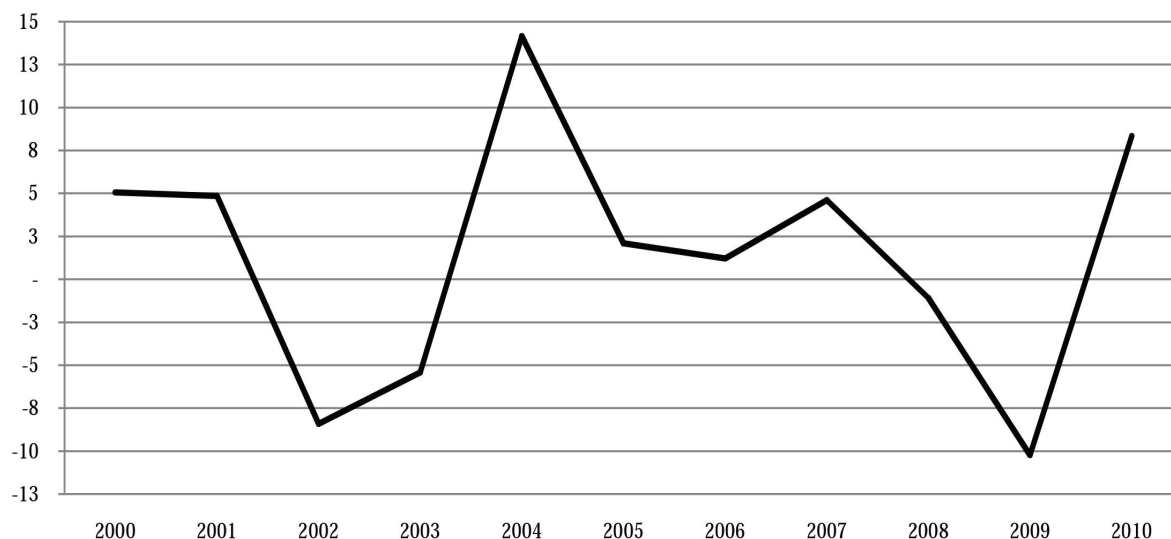


Figura 1. Evolução da produção industrial média de Santa Catarina.
Fonte: IBGE (2012).

As exportações catarinenses na década de 2000

A participação de Santa Catarina na pauta de exportação brasileira passou de 4,9% em 2000 para 3,7% em 2010. Embora as exportações catarinenses tenham relativamente diminuído, neste trabalho é desmitificada a ideia de que o setor exportador foi responsável pelo baixo desempenho da economia catarinense na última década. Os resultados da pesquisa revelam que as exportações, em praticamente todos os setores da economia, cresceram acima da produção industrial. Dos setores que tiveram taxas negativas de crescimento da produção industrial (têxtil e vestuário, materiais de transporte e madeira), apenas um (têxtil e vestuário) teve média negativa no crescimento das exportações.

Tabela 2. Taxa média de crescimento por setores no período 2000-2010 (%).

Sector	Produção	Exportação
Alimentos	1,80	18,54
Mecânica	4,57	11,84
Elétrico e Comunicação	7,20	18,53
Madeira	-3,35	5,11
Metalurgia	4,74	19,67
Papel e Celulose	2,34	6,53
Têxtil e Vestuário	-0,78	-3,38
Material de Transporte	-1,63	9,08
Minerais não metálicos	0,32	14,20
Plástico e Borracha	0,74	14,91

Fonte: IBGE (2012) e Brasil (2012a).

O setor que obteve a maior média de crescimento da produção industrial foi o de materiais elétricos e comunicação com 7,20%. As exportações desse setor cresceram 18,53%. As

indústrias metalúrgica e mecânica cresceram 4,74% e 4,57% respectivamente, enquanto que suas exportações aumentaram 19,67% e 11,84%. O setor que obteve melhor desempenho nas exportações no período foi o de metalurgia. O pior desempenho em produção industrial foi o do setor madeireiro, que obteve taxa negativa de crescimento (-3,35%). O mesmo setor teve desempenho positivo nas exportações, com crescimento médio de 5,11%. O setor que apresentou o pior desempenho nas exportações foi têxtil e vestuário, com -3,38%. O crescimento da produção nesse setor também foi negativa (-0,78%).

A Figura 2 mostra que, de 2000 a 2008, as exportações seguiram uma tendência crescente. Em 2008, houve uma pequena queda e, a partir de 2009, uma retomada do crescimento. Com base nos dados apresentados, constata-se que a evolução das exportações durante a década foi crescente.

Alguns setores tiveram seu desempenho prejudicado em função de quedas pontuais na produção industrial, como é caso do setor têxtil e vestuário, no entanto a maioria dos segmentos apresentou crescimento das exportações acima do crescimento da produção industrial. Portanto, é impossível dizer que o fraco desempenho da economia catarinense se deu em função do setor exportador. Não há relação direta entre o baixo desempenho da produção industrial catarinense e o comportamento das exportações.

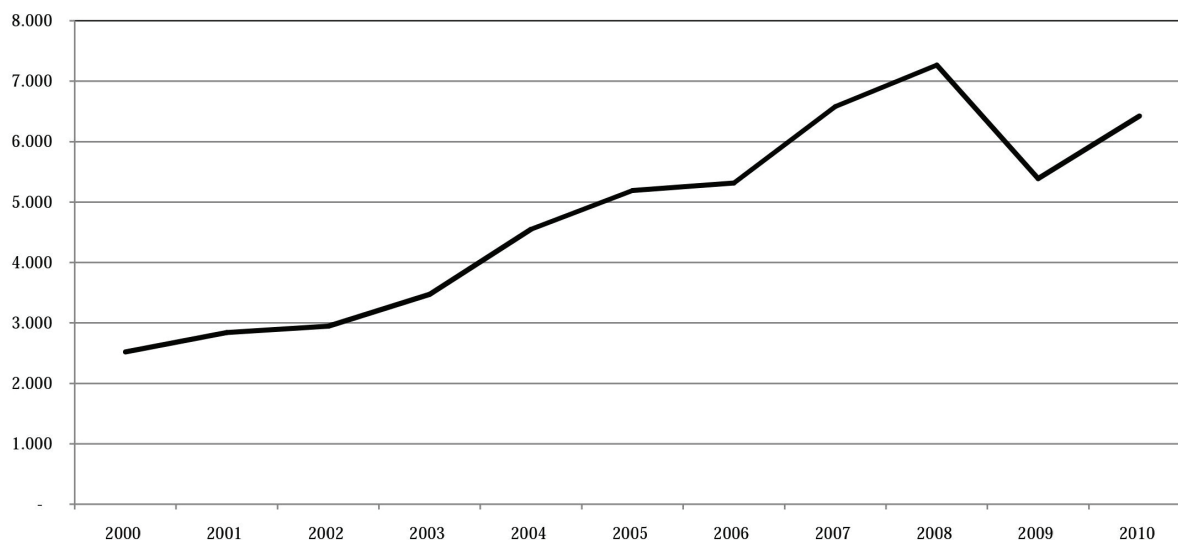


Figura 2. Evolução das exportações em Santa Catarina (em milhões US\$ FOB).

Fonte: Brasil (2012a).

Crédito para a indústria catarinense: o desempenho do BADESC

Durante a década de 1980, devido à forte retração da atividade econômica, associada ao fim do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, a participação do BNDES foi reduzida. Nos anos 1990, a atuação do BNDES foi redefinida em razão da onda neoliberal que se difundia no Brasil. Como a presença do Estado no desenvolvimento deveria ser substituída pela iniciativa privada, ocorreu o processo de privatização das empresas estatais.

O BNDES passou a adotar uma nova estratégia de desenvolvimento, sendo responsável pela gestão do Plano Nacional de Desestatização (PND), tornando-se o agente financeiro dos programas de privatização do país, atuando na aquisição e no saneamento financeiro das empresas que seriam vendidas à iniciativa privada. No fundo, o banco reduziu significativamente seu volume de financiamentos. A partir de 1997, os financiamentos do banco voltaram a crescer, alcançando valores expressivos, no entanto os recursos foram destinados, principalmente, ao processo de privatização do setor elétrico, e não para investimentos em novas empresas. Além disso, o BNDES desempenhou um papel ativo na consolidação da reestruturação produtiva dos anos 1990. O banco passou a financiar os setores de infraestrutura econômica privatizados, a apoiar o processo de reestruturação industrial e a atuar como agência de financiamento às exportações (PRATES et al., 2000).

No Estado de Santa Catarina, em 1975, entrou em operação o Banco de Desenvolvimento de Estado de Santa Catarina – BADESC, com o intuito de financiar o desenvolvimento regional de longo prazo e

estabelecer os alicerces para a consolidação do sistema de crédito público catarinense. O papel do banco é promover o desenvolvimento econômico e social catarinense mediante a contratação de recursos financeiros, no âmbito de sua competência, por intermédio de operações de crédito com recursos próprios ou fazendo repasses do BNDES e outras instituições. Ao longo da sua existência, os desembolsos foram diversificados, conforme as necessidades e as capacidades dos setores econômicos de cada região do Estado. Em 1998, de acordo com diretrizes do Banco Central do Brasil, passou a se chamar Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., atuando também em operações de microcrédito.

No período entre 1971 e 1982, houve uma forte expansão do crédito estadual com a ampliação considerável do BRDE, a criação do BADESC e a reestruturação do FUNDESC, transformado em PRODEC. Entre 1983 e 1990, mergulhada no endividamento externo e na crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, a política de crédito em Santa Catarina também sofreu um revés. O PROCAPE foi extinto em 1984, sendo substituído por um novo programa de incentivo fiscal, o PRODEC, somente em 1988; e o BRDE, o principal agente da década, sofreu uma intervenção extrajudicial. Durante os anos de 1990 e 2002, houve uma lenta recuperação do crédito estadual sem mudanças estruturais, mesmo com a reativação do BRDE, em 1992, e a consolidação do PRODEC.

A partir de 2003, iniciou-se uma nova fase na economia brasileira, dadas as mudanças relativas à condução das políticas econômicas. O governo federal passou a priorizar uma maior intervenção do Estado na economia, por meio do planejamento, fortalecendo o

executivo e reduzindo o localismo e a fragmentação do território¹. O neoliberalismo perdeu força e foi substituído por maior intervenção do Estado e pela retomada do planejamento. O crescimento foi retomado, o crédito ampliado e o Estado voltou a planejar. O governo catarinense, na contramão do executivo federal, reforçando as bases do neoliberalismo no Estado, promoveu a fragmentação do executivo estadual, por meio da descentralização, com a criação das trinta e seis Secretarias de Desenvolvimento Regional (GOULARTI FILHO, 2012). Nesse período, um dos pilares da retomada do crescimento da economia brasileira foi a ampliação do crédito liberado pelo BNDES, cujos valores ampliaram em 41,7%. Os valores liberados pelo BADESC, agência responsável pelo fomento em Santa Catarina, ampliaram apenas 23,0%, praticamente a metade do que expandiu o banco nacional.

A Figura 3 mostra que, de 2000 a 2002, os valores desembolsados pelo BADESC para investimentos na indústria de transformação catarinense mais que dobraram, passando de R\$ 44.654.223 para R\$ 99.411.419 (123%). A partir de 2003, constata-se que os valores liberados pelo banco de fomento começaram a cair, sofrendo fortes quedas ano a ano até 2006, quando os valores ficam estáveis. A partir de 2008, os recursos desembolsados voltaram a crescer, embora em um nível ainda considerado baixo se comparado com o ritmo em que vinha

crescendo no início da década. O banco de fomento liberou, em 2010, R\$ 47.708.425 para investimentos na indústria catarinense. Se compararmos aos recursos liberados em 2000, a evolução da liberação de crédito na década foi fraca (6,8%).

Comparada a trajetória de desembolsos do BNDES para Santa Catarina, com tendência crescente durante todo o período, a evolução dos desembolsos do BADESC ficou muito aquém das políticas nacionais de crescimento.

Durante os anos 2000, o BNDES ampliou sua atuação em benefício das exportações. Iniciou-se um novo ciclo de crescimento, baseado no aumento da renda, do investimento e da produtividade da economia. Com o Governo Lula, o Estado retomou seu papel como um importante indutor do crescimento econômico e o banco ganhou mais evidência, no sentido de dar continuidade à sua função básica de desenvolvimento. O BNDES atuou fortemente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promoveu a modernização de setores produtivos, na área de infraestrutura, exportação, desenvolvimento social e urbano, micro, pequenas e médias empresas e mercado de capitais. Além disso, o banco teve importante papel na manutenção do nível dos investimentos durante a fase de escassez de liquidez pela qual passou o sistema financeiro privado nacional em decorrência da crise financeira internacional, que teve seu auge em 2008.

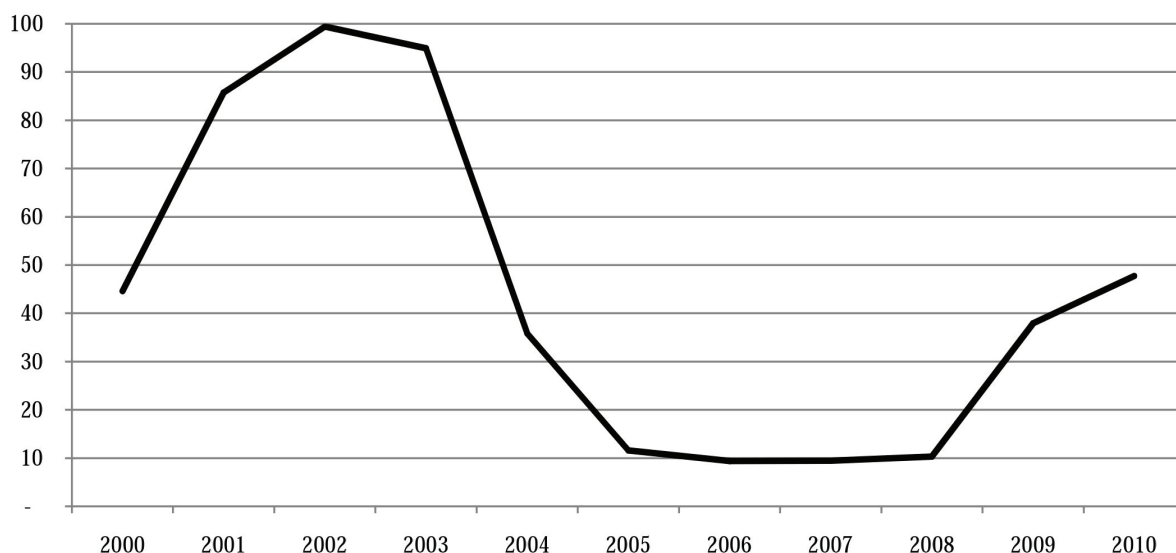


Figura 3. Desembolsos do BADESC para a indústria de transformação catarinense, em milhões de reais.

Fonte: BADESC (2012).

¹Localismo e fragmentação do território são conceitos relacionados à ideia de descentralização do comando estatal, baseada no ideário neoliberal. Como se sabe, os neoliberais defendem o Estado mínimo, portanto, quanto menor a capacidade de comando central do Estado, melhor. Como no Brasil houve uma falta de comando político definindo claramente um projeto nacional, as unidades federativas entraram numa guerra fratricida, tentando atrair para seus territórios novas plantas industriais via favores e isenções de impostos. É o individualismo federativo em que cada Estado busca o seu desenvolvimento de forma isolada, sem ter em mente que o desenvolvimento só será possível quando for planejado e coordenado nacionalmente e articulado regionalmente. Esse individualismo federativo também ocorre nos municípios e nas microrregiões e gera uma guerra de todos contra todos, imprimindo a lógica do 'dane-se o vizinho'.

Como é evidenciado na Figura 4, a evolução dos desembolsos do BNDES para a indústria de transformação catarinense foi predominantemente crescente durante a década, sofrendo pequenas quedas apenas em 2003 (0,77%), 2005 (9,7%) e 2007 (8,7%). De 2000 a 2010, o volume de recursos do banco destinados para a indústria catarinense cresceu cerca de 379%.

Quanto ao volume de recursos liberados pelo BADESC por setores da indústria catarinense, a Figura 5 mostra que plástico e borracha foi o setor que mais recebeu investimentos, seguido por produtos alimentícios e o complexo metal-mecânico. Os setores que receberam menor volume de recursos foram materiais de transporte, madeira e

vestuário, não por coincidência, os mesmos que apresentaram queda na produção industrial no período.

O governo catarinense não esteve afinado com o ideário do governo federal de ampliação do crédito e manteve os mesmos princípios do modelo anterior pautado no localismo. Entre 2003 e 2006, o crédito em Santa Catarina manteve-se no mesmo ritmo baixo da década anterior, atuando com o mesmo sistema de crédito. No período de 2007 a 2010, o destaque ficou por conta do aumento dos repasses do BRDE e da renúncia fiscal no ano de 2008. Porém, o BADESC manteve um desempenho muito aquém da trajetória do crescimento de crédito fornecido pelo BNDES (GOULARTI FILHO, 2012).

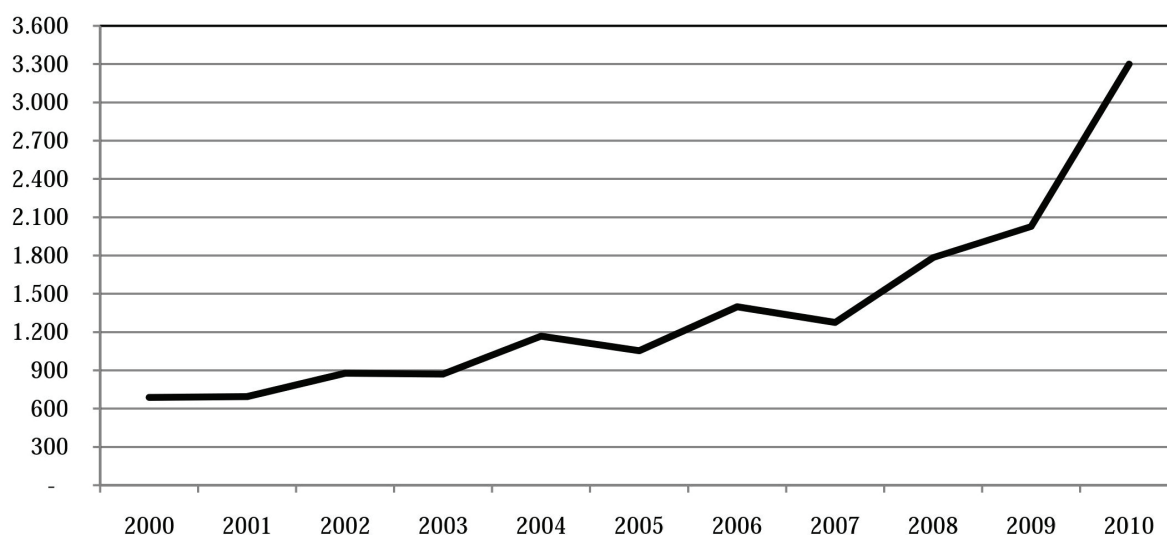


Figura 4. Desembolsos do BNDES para a indústria de transformação catarinense, em milhões de reais.

Fonte: BNDES (2012).

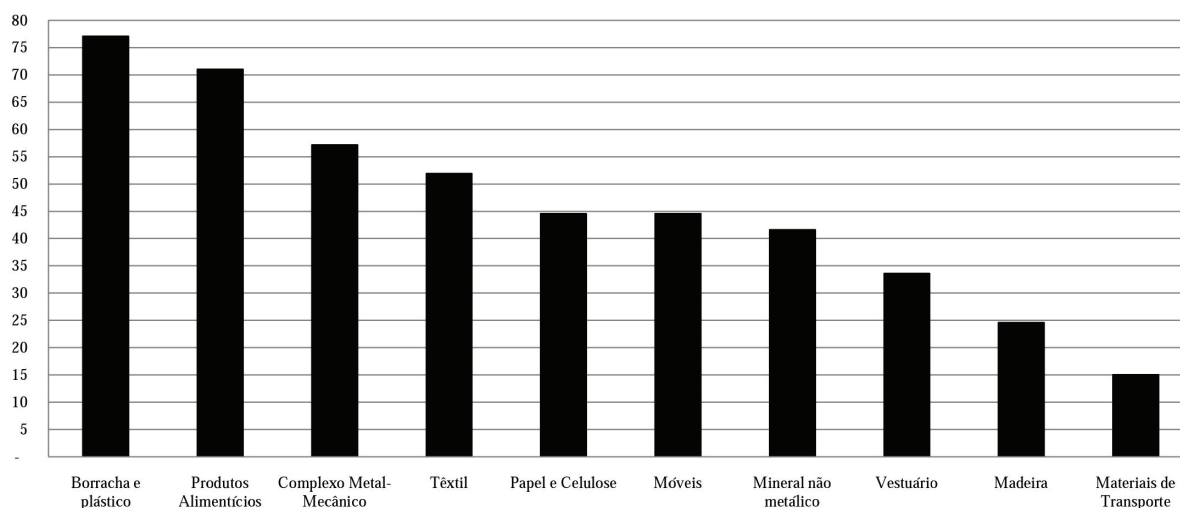


Figura 5. Desembolsos do BADESC por setores da indústria catarinense, em milhões de reais, no período 2000-2010.

Fonte: BADESC (2012).

O que se pode constatar é que, no período analisado, houve uma desaceleração no ciclo de liberação de crédito em Santa Catarina. Os valores liberados sofreram oscilações bruscas em intervalos de tempo muito curtos. Enquanto em 2002 o BADESC liberou R\$ 99.411.419, em 2006, por exemplo, o volume foi de apenas R\$ 9.389.561. É possível avaliar mais claramente o descolamento do banco de fomento estadual em relação ao BNDES, quando são analisados os desembolsos totais do BADESC por fonte de recursos.

A participação do BNDES no fornecimento de recursos para o BADESC, que até então era expressivamente maior que os recursos próprios do BADESC, começa a cair em 2002 e, a partir de 2003, cai bruscamente até o ano de 2007. Entre 2004 e 2009, a representatividade dos recursos provenientes do BNDES passa a ser inferior à do banco estadual. Com a mudança de orientação da política econômica do governo federal a partir de 2003, abandonando o ideário liberal das décadas anteriores – que foi substituído por uma nova política, baseada em maior intervenção do Estado e na retomada do planejamento – houve um afastamento, por parte do governo estadual das políticas nacionais, o que implicou também no afastamento do BADESC do banco de fomento nacional. Esse afastamento se dá porque a partir desse mesmo ano, o governo catarinense aprofunda no Estado o modelo liberal, por meio de uma reforma que promoveu a descentralização administrativa, com a criação das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Além disso, o que talvez explique a perda de dinamismo de alguns setores da indústria catarinense seja o enfraquecimento das liberações de crédito do banco estadual para o setor industrial,

pois, como apresenta a Figura 7, quando são analisados os desembolsos do BADESC especificamente para este setor, o banco não consegue suprir, nem ao menos amenizar, a diminuição dos recursos fornecidos pelo BNDES.

Na Figura 6, em que é analisado o total dos desembolsos, ou seja, inclui os demais setores, não apenas o montante destinado à indústria, percebe-se que de alguma forma, a partir do momento em que o banco estadual se afasta do banco nacional, o BADESC aumenta o volume de desembolsos provenientes de recursos próprios, fazendo com que a queda no total das contratações não se torne ainda mais expressiva. Na Figura 7 é evidenciado que quando se trata especificamente dos desembolsos para a indústria catarinense, o mesmo não ocorre, não há esta contrapartida. À medida que os recursos do BNDES caem, os do BADESC também sofrem quedas ou apenas se mantêm estagnados. Este é o cenário até 2005, e mesmo a partir desse ano, o aumento na liberação de recursos com fontes próprias é muito inferior se comparado aos desembolsos do Banco para os demais setores da economia catarinense, o que deixa claro a falta de preocupação do BADESC em priorizar os investimentos na indústria de Santa Catarina.

O emprego na economia catarinense

Na década de 2000, o Brasil saiu de uma situação de altas taxas de desemprego, que se tornara comum nos anos 1990. Com a retomada do crescimento da economia brasileira, caiu de forma acentuada o desemprego no Brasil e na maioria dos estados da federação. Em todos os setores da indústria catarinense,

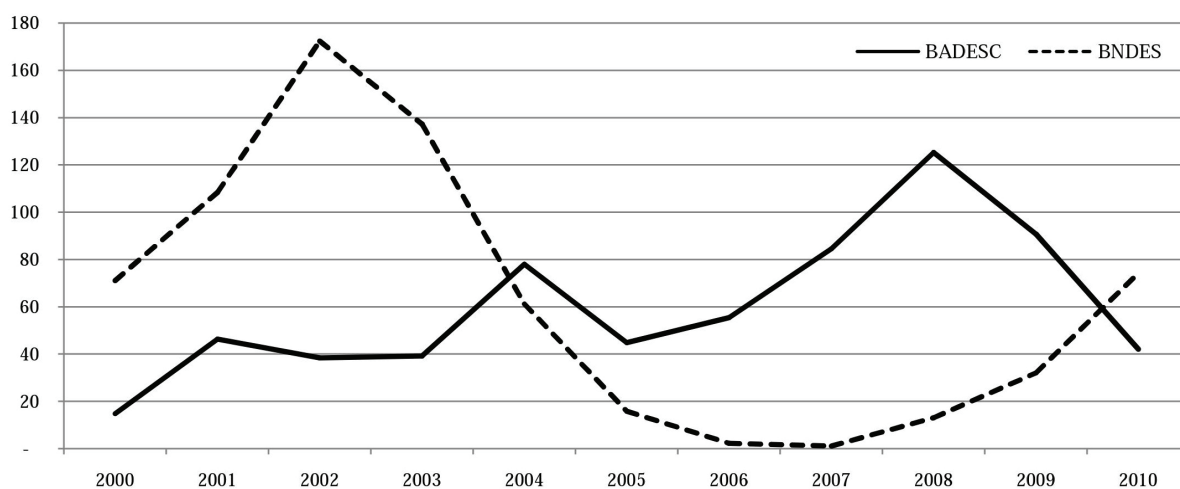


Figura 6. Desembolsos totais do BADESC, por fonte de recursos, em milhões de reais.

Fonte: BADESC (2012).

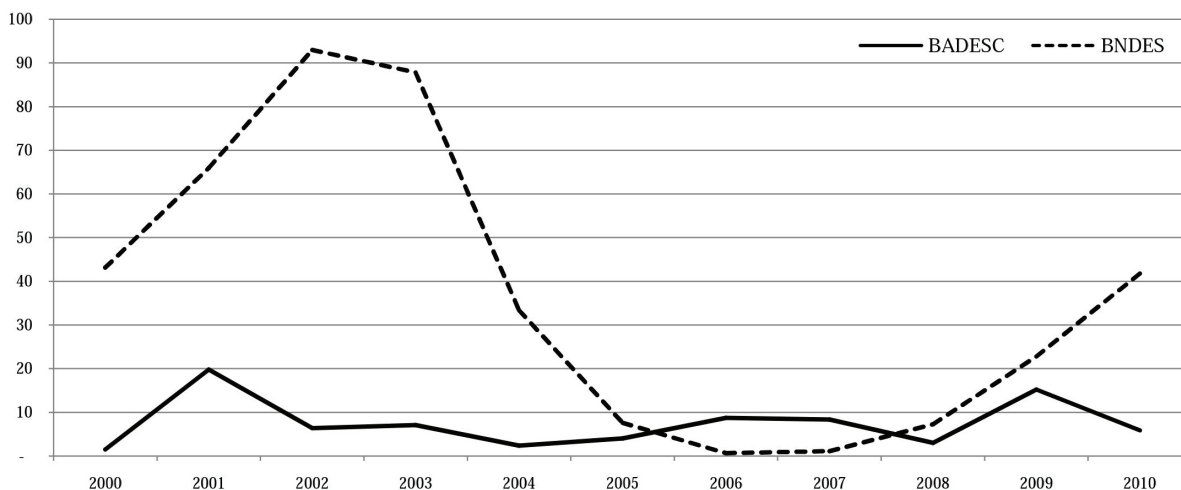


Figura 7. Desembolsos do BADESC para a indústria catarinense, por fonte de recursos, em milhões de reais.

Fonte: BADESC (2012).

o emprego apresentou desempenho crescente desde 2000 até 2010, exceto no setor de madeira e mobiliário, no qual houve bastante oscilação.

De 2000 a 2004, o número de empregos nesse segmento foi crescente, com uma pequena queda em 2003, no entanto, a partir de 2004, esse número começou a cair bruscamente, chegando em 2009 com menos empregados do que em 2000. De 2009 a 2010, o número de empregos no setor cresceu 4,43%, fechando a década em ascensão.

Em 2009, devido ao impacto da crise internacional no Brasil, e consequentemente em Santa Catarina, alguns setores, que até então só apresentavam resultados crescentes, obtiveram pequenas quedas no nível de emprego. Esses setores foram o de minerais não metálicos (-1,53%), em que

o número de empregos caiu de 30.198 em 2008 para 29.736 em 2009; o setor metal-mecânico (-2,79%); e borracha, fumo e couros (-2,45%). Alguns setores apresentaram quedas antes e em 2009 continuaram crescendo: o setor de alimentos em 2008 (-0,76) e o setor de materiais de transporte em 2002 (-0,40). Os setores que não apresentaram queda em nenhum dos anos da década foram o têxtil e o de papel e celulose.

Na Figura 8, que mostra a evolução total do emprego em Santa Catarina, constata-se que o número de empregos foi crescente durante toda a década. A média de crescimento anual foi de 6,22%. De 2000 a 2010, o crescimento total foi de 82,72%. Santa Catarina tinha em 2000 1.077.929 pessoas empregadas e em 2010 o número era 1.969.654.

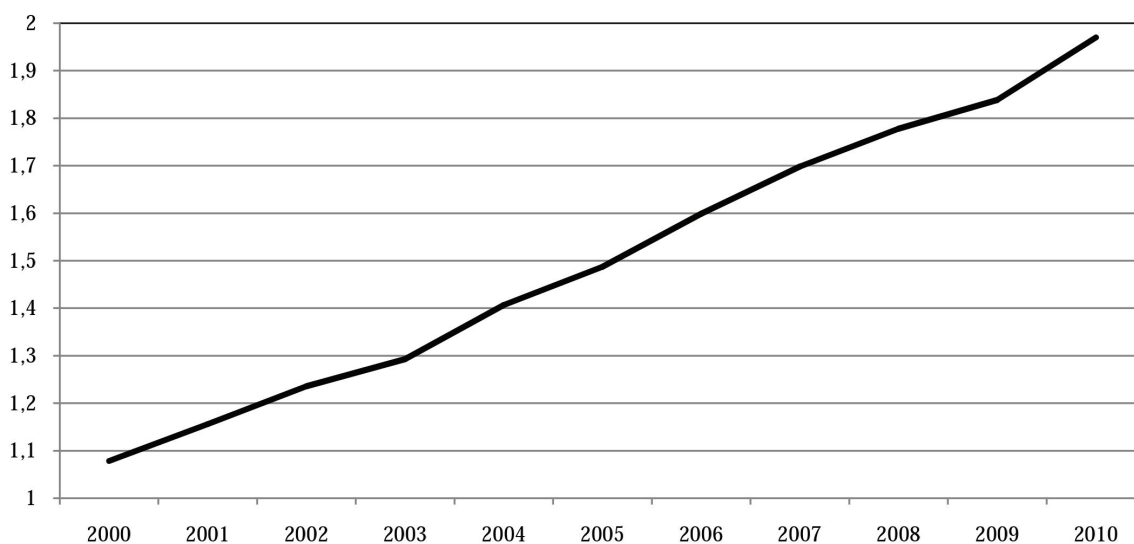


Figura 8. Evolução do número de empregos na economia catarinense (em milhões).

Fonte: Brasil (2012b).

Considerações finais

Pode-se concluir que Santa Catarina andou na contramão do crescimento no que se refere ao descolamento do banco de fomento estadual do governo federal e, conseqüentemente, do BNDES, prejudicando a liberação de crédito para fomento no Estado. Houve um afastamento das políticas nacionais por parte do governo estadual catarinense, que implicou o descolamento da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Isso prejudicou a liberação de crédito para fomento em Santa Catarina e causou impactos em setores da indústria catarinense. No período de retomada do crescimento da economia brasileira, um dos pilares foi a ampliação do crédito liberado pelo BNDES, cujo aumento não foi acompanhado pelo BADESC. Comparada a trajetória de desembolsos do BNDES para Santa Catarina, com tendência crescente durante todo o período, a evolução dos desembolsos dos BADESC ficou muito aquém das políticas nacionais de crescimento.

Quanto ao volume de recursos liberados pelo BADESC por setores da indústria catarinense, os setores que receberam menor volume foram, não por coincidência, os mesmos que apresentaram queda na produção industrial no período. Em relação aos desembolsos totais do BADESC por fonte de recursos, a participação do BNDES também cai a partir de 2002 e, entre 2004 e 2009, chega a ser inferior à do banco estadual. Sem contrapartida na liberação de recursos com fontes próprias para a indústria – o contrário ocorre para os demais setores da economia – fica evidente a falta de prioridade do banco estadual em investir na indústria catarinense.

Quando analisamos os desembolsos totais do BADESC (ou seja, não somente para a indústria de transformação, incluindo transporte, saúde e serviços sociais, educação, agricultura, pecuária, pesca, arte e cultura, comércio, atividades administrativas, entre tantos outros setores que o Banco fomenta), de acordo com a fonte de obtenção dos recursos (repasse do BNDES ou recursos próprios do BADESC), fica evidente que, de alguma forma, a partir do momento em que o banco estadual se afasta do banco nacional e diminui o volume de recursos proveniente do BNDES, o BADESC aumenta o volume de desembolsos provenientes de recursos próprios, fazendo com que a queda no total das contratações não se torne ainda mais expressiva. No entanto, quando analisamos os desembolsos do BADESC somente para indústria de transformação catarinense, percebe-se que o mesmo

movimento não ocorre. À medida que os recursos do BNDES caem, os do BADESC também sofrem quedas ou apenas se mantêm estagnados. Este é o cenário até 2005, e mesmo a partir desse ano, o aumento na liberação de recursos com fontes próprias é muito inferior se comparado aos desembolsos do Banco para os demais setores da economia catarinense.

No entanto, quando se trata do desempenho industrial, alguns setores da economia catarinense (têxtil e vestuário, madeira e automotores) apresentaram quedas, levando para baixo a média de crescimento do Estado. As exportações catarinenses, no geral, apresentaram desempenho crescente na década, seguindo o movimento das exportações brasileiras. Embora as exportações catarinenses tenham relativamente diminuído, o setor exportador não foi responsável pelo baixo desempenho da economia catarinense na última década. Os resultados da pesquisa revelaram que, em praticamente todos os setores da economia, as exportações cresceram acima da produção industrial. O único setor que obteve média de crescimento negativo no estado durante a década foi têxtil e vestuário. O segmento vem sofrendo impactos da abertura comercial desde a década de 1990 e, na primeira década do século XXI, o montante de exportações continuou a diminuir, prejudicando também a produção industrial do setor.

Com a retomada do crescimento da economia brasileira, caiu de forma acentuada o desemprego no Brasil e também em Santa Catarina. Em todos os setores da indústria catarinense, o emprego apresentou desempenho crescente desde 2000 até 2010. Portanto, a contramão do crescimento da economia catarinense está circunscrita a setores pontuais, que sofreram reveses durante o período e, conseqüentemente, puxaram para baixo a média de crescimento de Santa Catarina.

Referências

- BADESC-Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. **Resposta ao Pedido de Informação nº 99903000413201220/2012**. Solicitando a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, informação sobre os desembolsos anuais durante o período 2000-2012. Criciúma, 2012. (Planilha elaborada pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina).
- BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. G. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **BNDES: 50 anos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **BNDES Transparente**. Estatísticas Operacionais. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/setor.html>. Acesso em: 1 dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior - AliceWeb**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso em: 9 nov. 2012a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais - RAIS**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 20 out. 2012b.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2002.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

GOULARTI FILHO, A. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. **Política e Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 119-154, 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1 set. 2012.

PRATES, D. M.; CINTRA, M. A. M.; FREITAS, M. C. P. O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 85-116, 2000.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil: o movimento recente da industrialização brasileira**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998a.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998b.

Received on February 1, 2015.

Accepted on April 27, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.